

Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Protagonismo juvenil e juventude negra: um olhar
sobre o perfil das candidaturas dos jovens do Brasil
(2014-2020)**

Maiara Alice Gomes de Oliveira

Brasília – DF
2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Protagonismo juvenil e juventude negra: um olhar sobre o perfil das candidaturas dos jovens do Brasil (2014-2020)

Maiara Alice Gomes de Oliveira

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política, Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharela em Ciência Política, sob a
orientação da professora doutora Marcela
Machado.

Brasília – DF
2022

Maiara Alice Gomes de Oliveira

Monografia apresentada como pré-requisito para a
obtenção do título de Bacharela em Ciência Política
pela Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA:

PROFESSORA DOUTORA MARCELA MACHADO
(Universidade de Brasília)

PESQUISADORA MESTRE NAILAH NEVES VELECI
(Universidade de Brasília)

Brasília – DF
2022

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Marcela Machado por todo auxílio, incentivo e paciência a mim dedicados e essenciais para a conclusão deste trabalho. Aos professores Igor Costa, Nailah Neves, Carlos Machado, Thiago Trindade e a todos e todas as professoras que fizeram parte deste processo. À Giselle de Paula e professora Graziela Teixeira pelas conversas e conselhos.

Aos meus pais, Deusdet Filho, Samuel Fernandes, que mesmo em outro plano, continuam comigo todos os dias. Às minhas mães, Byw, Nana e Liçu por terem me ensinado tanto sob o grande Tamarindeiro. Ao meu avô Zuíno, que mesmo com toda a dureza da vida na roça, teve tempo para me ensinar a doçura do som do carro de boi.

À todas as amigas e amigos que fizeram parte dessa trajetória pela amizade, partilhas e ensinamentos, em especial à Thais Cardoso, Giovana Carneiro, Bruna Duarte, Larissa Sousa, Luiz Copaseut e Lucas Sena. Por fim, mas não menos importante, a Malik, que me apresenta todos os dias o lado bom da vida e me fez repensar todo este trabalho e a minha trajetória.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o perfil das candidaturas dos jovens negros no sistema político-eleitoral brasileiro entre 2014 e 2020. Essas eleições ocorreram em um contexto de diversas ondas de manifestações protagonizadas por jovens contra a corrupção no sistema político e por mais investimentos em áreas de direitos básicos, como educação, combate a corrupção e segurança pública. Assim, este trabalho buscou verificar se esses fenômenos influenciaram o lançamento de mais candidaturas jovens, principalmente as de negros e negras. Por meio do Repositório Virtual de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi possível analisar o perfil das candidaturas juvenis nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020. Os dados mostraram que, apesar da onda da renovação política, o número de candidaturas de jovens caiu tanto nas eleições municipais de 2020 quanto nas eleições gerais de 2018, comparado às respectivas eleições anteriores. Contudo, as candidaturas de pessoas negras jovens se mantiveram em crescimento, proporcionalmente ao número de candidaturas de pessoas jovens entre as respectivas eleições. A análise dos dados também demonstrou haver uma tendência entre os partidos que mais lançaram candidaturas em geral também ser os que mais lançaram candidaturas de jovens negros. Quanto ao capital cultural, foi observado um crescimento de jovens negros com mais escolaridade de ensino superior nas eleições gerais e nas municipais, bem como um recuo quando comparado esse grupo com o de jovens brancos. Portanto, embora não se possa afirmar que a onda do protagonismo juvenil visto nos últimos anos influenciou a candidatura de jovens, entre eles os negros, foi possível observar alteração no perfil dos jovens negros candidatos quanto ao nível de escolaridade, e que a respeito da preferência partidária, estão pulverizados em partidos de centro-esquerda e centro-direita.

Palavras-chaves: protagonismo juvenil, eleições, renovação política, população negra.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the profile of young people's candidacies in the Brazilian political-electoral system between 2014 and 2020. These elections took place in a context of several waves of demonstrations carried out by young people against corruption in the political system and for more investments in areas of basic rights such as education, anti-corruption, and public safety. Thus, this work sought to verify whether these phenomena influenced the launch of more black candidacies, especially those of black men and women. Through the electoral data repository of the Tribunal Superior Eleitoral (TSE), it was possible to analyze the profile of youth candidacies in the 2014, 2016, 2018 and 2020 elections. The data showed that, despite the wave of political renewal, the number of Youth candidacies dropped in both the 2020 municipal elections and the 2018 general elections, compared to the respective previous elections. However, candidacies from young black people continued to grow, in proportion to the number of candidacies from young people between the respective elections. Data analysis also showed a tendency among the parties that launched the most candidacies in general also being the ones that launched the most candidacies of young people, regardless of race. As for cultural capital, a growth of young blacks with higher education in higher education was observed in general and municipal elections, as well as a decline when comparing this group with that of young white people. Therefore, although it cannot be said that the wave of youth protagonism seen in recent years influenced the candidacy of young people, including blacks, it was possible to observe a change in the profile of young black candidates in terms of education level, and that with regard to preference party, are dispersed into center-left and center-right parties.

Keywords: youth protagonism, elections, political renewal, black population

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Evolução de candidaturas aptas entre 2014 e 2020	26
Figura 2 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2014).....	30
Figura 3 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2018).....	31
Figura 4 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2016).....	32
Figura 5 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2020).....	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
PNJ	Política Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TEN	Teatro Experimental do Negro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PV	Partido Verde
AVANTE	Partido Avante
PP	Progressistas
PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PCO	Partido Da Causa Operária
PODE	Podemos
REPUBLICANOS	Partido Republicanos
PL	Partido Liberal

PSD	Partido Social Democrático
PATRI	Partido Patriota
PROS	Partido Republicano Da Ordem Social
SDD	Partido Solidariedade
NOVO	Partido Novo
REDE	Rede Sustentabilidade
PMB	Partido Da Mulher Brasileira
UP	Partido Unidade Popular
UNIÃO	Partido União Brasil
DEM	Partido Democratas
PSL	Partido Social Liberal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA.....	14
3. PROTAGONISMO JUVENIL NA POLÍTICA.....	18
4. DADOS E MÉTODOS	22
5. ANÁLISE DO PERFIL DAS CANDIDATURAS	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos 2006 e 2018, o país experienciou diversos movimentos sociais protagonizados majoritariamente por jovens, principalmente àqueles ligados aos movimentos estudantis. Esses movimentos, como os secundaristas entre 2014 e 2016, e as jornadas de junho de 2013 reivindicavam, no cerne, mudanças políticas e estruturais na formulação de políticas públicas, como valorização da educação pública e combate à corrupção. Na Ciência Política moderna, a participação é reconhecida como mecanismo para atingir a democracia, em que os processos eleitorais constituem o corpo político (YOUNG, 2006; MIGUEL 2003). Assim, a participação é um dos meios centrais para controle e fiscalização dos governantes e da formulação das agendas públicas de combate às desigualdades sociais e promoção da plena cidadania (YOUNG, 2006).

A participação na política institucional, portanto, é essencial para determinar para quem será direcionada as políticas públicas, como educação, saúde e segurança pública, visto que participação também é um espaço de luta de poder para se chegar ao poder. Boghossian e Minayo (2009) afirmam que recentemente a Ciência Política, assim como outras Ciências Humanas, tem dado importância a participação política juvenil no processo democrático, rompendo com a tendência de abordagem acadêmica sob a mentalidade de que jovens são potencialmente ameaçadores e perigosos ao *establishment*.

Os grupos sociais são naturalmente divergentes e distintos, promovendo um cenário de diversidade social. Entretanto, esta diversidade entre grupos não é suficiente para ser classificada como formas de desigualdades. Sendo assim, as desigualdades sociais, entre elas a de raça, ocorrem quando atributos individuais condicionados às pessoas brancas e não brancas implicam uma relação de reprodução de desvantagem de um grupo sob o outro (GOHN, 2019). A desigualdade racial no campo da política traduz-se como diferenças no que se refere às possibilidades e maneiras de desenvolver o potencial de atuação política de forma plena (CAMPOS e MACHADO, 2015).

Portanto, a proposta do presente trabalho buscou somar ao campo de pesquisa sobre democracia e desigualdades na área da Ciência Política, ao tencionar o processo de racialização da participação política institucional de jovens brasileiros como elemento central de análise. Partindo da literatura sobre a participação política negra, como Rios (2014) e Fernandes (1972), publicações sobre protagonismo juvenil (GUEDES, 2021; ANDRADE e LUZ, 2021) e análise do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das eleições entre 2014 e 2020, para entender se há estratégia desse grupo para

acessar a política institucional diante dos diferentes processos municipais e gerais. A presente pesquisa procurou responder, portanto, de que forma o protagonismo juvenil contemporâneo, como as jornadas de 2013, movimento secundaristas e as manifestações do “vida negras importam” influenciou a participação da juventude negra na política institucional.

As eleições são o processo definido pela legislação brasileira por meio do qual os cidadãos escolhem seus representantes. É um processo institucional em que o eleitor, manifestado com base em seu sistema de crenças e conjunto de atitudes, decide quem serão os candidatos eleitos. São nas urnas que jovens negros ainda precisam romper com as barreiras de preconceitos dos eleitores e eleitoras que identificam este grupo como naturalmente não pertencente ao campo da política.

Deste modo, para o presente trabalho foi feita inicialmente uma breve contextualização dos movimentos sociais negros do século passado até 2018. Também foram abordados alguns estudos já realizados sobre participação social negra e desigualdades sociais, como em Fernandes (1972). Ainda, a partir da leitura de Weber (1992), Michel Foucault (1982) e Azevedo (1987), foi apresentada a relação entre poder e medo social da representação política negra no Estado Democrático de Direito.

Posteriormente, buscou-se empreender algumas reflexões acerca do protagonismo juvenil nas lutas sociais brasileiras no fim dos anos 2000 e início de 2010, e qual a influência desse protagonismo na produção científica sobre a formação crítica e cidadã da juventude brasileira. De acordo com Norris (2003), é necessário considerar três implicações ao analisar a participação política juvenil: questões geracionais, ciclos de vida e marcador temporal, para então mensurar os fenômenos que influenciam na participação dos jovens em momentos de maior agitação política.

Cabe ainda destacar que, segundo a literatura mobilizada (ANDRADE e LUZ, 2021; GUEDES, 2021; FERRETI *et al*, 2004; IULIANELLI, 2003), para a realização deste trabalho, o recorte racial não foi considerado pela maioria dos autores, havendo recorrência para os recortes de gênero e classe/capital familiar. Assim, também será debatido a ausência do recorte racial nas discussões sobre participação política juvenil e como isso influencia o debate sobre desigualdades sociais no país.

Na sequência, foi detalhada, de forma descritiva, a coleta dos dados e os métodos utilizados neste trabalho, assim como a justificativa da análise proposta. Em seguida, os resultados da análise dos dados foram descritos e apresentados de forma a sintetizar e melhor apresentar as informações sobre percentual de não eleitos e eleitos de acordo com

a raça e idade do indivíduo, bem como investigar a relação do número de candidaturas e eleitos com as características individuais como cor/raça, idade, gênero e escolaridade. Dessa forma, o foco central não é analisar apenas os indivíduos que conseguem o sucesso eleitoral, como também investigar os indivíduos juvenis que se candidatam e não conseguem obter êxito.

Ainda, Outhwaite (1998) defende que a investigação social deve não apenas dar um juízo de valor a um evento ou fenômeno social, mas que também cabe ao pesquisador social apresentar de forma adequada e completa de como aquele evento ou fenômeno aconteceu. Assim, tendo como dever do pesquisador social tensionar as repercussões da teorização e da prática social diante a realidade que procuram influenciar (BIRNBACHER, 1999, p. 320) e, a partir de uma análise crítica dos dados, especialmente do recorte de raça entre as candidaturas de jovens, foram feitas as considerações finais em conjunto com o debate teórico levantado.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO NEGRA

A formação da identidade nacional brasileira foi desenvolvida sob prisma eurocêntrico no período abolicionista e pós-abolição pelas elites brancas (abolicionistas ou não) e pelo Estado, via políticas higienistas – como o apoio aos imigrantes europeus trazidos ao país para uma tentativa de aproximação desenvolvimentista estadunidense, marginalizando a população negra recém-liberta (FERNANDES, 2008). Um reflexo dessas práticas tange a ascensão social dos negros, em que as relações institucionais e estruturais do Estado brasileiro pós-República (1889), se deu alicerçada em teorias eugenistas (MORAES, 2013).

Neste cenário, nasce, no início do século XX, a base para o hoje conhecido “mito da democracia racial”, em que foi atribuído à população negra recém liberta a “responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre” (FERNANDES, 2008, p. 35) pela recém instituída sociedade republicana-capitalista brasileira.

Assim, foi atribuído pelas elites políticas daquele período aos recém libertos e seus descendentes a “total responsabilidade pela sua mobilidade social, tornando o Estado livre de compromissos com a população de cor” (VIEIRA, 2014, p. 31). Com isso, ações políticas voltadas às comunidades negras só foram possíveis devido à existência de uma elite política negra ocupando cargos eletivos, chefiando ONGs, Conselhos, entre outros, que tinham papel estratégico na fomentação de metas e projetos sociais de enfrentamento antirracista (RIOS, 2014, pp. 14-15).

Essa atuação remonta desde a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), que uniu diversos grupos e organizações em defesa da população negra no início do século XX. A FNB foi uma das primeiras entidades a denunciar sistematicamente o racismo cultural e estrutural instalado no país no pós-abolição (1888). Muito embora os movimentos negros, como a FNB e Teatro Experimental do Negro (TEN) tenham avançado em algumas pautas no último século, como o reconhecimento do racismo institucional pelo Estado, a tipificação do crime de discriminação racial e as cotas raciais no ensino superior, os ativistas e organizações da sociedade civil encontram barreiras de atuação dentro dos demais movimentos sociais, como os de mulheres e estudantis durante a ditadura.

Foi na década de 90 que a luta antirracista ganhou espaço institucional na arena pública – e não apenas nos tradicionais espaços de mobilização e discussão política. Rios (2014) defende que esta mudança de paradigma se deu, além do apoio dos movimentos

sociais negros de outras redes internacionais de combate ao racismo, também pela “reorganização do ativismo nacional; abertura do poder público; ampliação e difusão de narrativas e imagens simbólicas via mercado; reorientação e disputas teóricas nas ciências sociais; fortalecimento de ação coletiva” (RIOS, 2014, p. 14).

Com isso, os movimentos negros passaram a ter uma abordagem mais afinsa no que tange a não-discriminação racial e mobilidade social, evidenciando novas epistemologias diante dos conceitos de liberdade, equidade, representação e participação política (FERNANDES, 1972). Adentrando novos espaços políticos/públicos ou com mais força naqueles já ocupados, para inserir a temática racial antirracista no institucionalismo do Estado Democrático de Direito, os movimentos sociais negros se colocaram em contraponto ao baixo interesse do Poder Público em adotar as demandas dos ativistas negros às suas agendas políticas.

Em outras palavras, a alocação de recursos orçamentários, erradicação da pobreza e segurança pública, sempre foram pautas centrais nos movimentos sociais negros da vanguarda e atuais para redução das desigualdades sociais e fortalecimento da democracia. A inserção nos espaços de poder, portanto, foi resultado de reivindicações populares dos movimentos sociais negros, que ganharam grande destaque nacional e internacional entre as décadas de 1970 e 2000, ao procurar promover novas epistemologias e compromissos institucionais do Estado para o combate ao racismo estrutural (RIOS, 2014).

Deste modo, a pauta racial e o combate ao racismo foram incorporados às políticas institucionais muito mais por uma demanda externa que por uma ação interna dos governos. Para Fernandes (2008):

“a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política entre o ‘negro’ e o ‘branco’ fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sociocultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas” (FERNANDES, 2008, p. 303).

Contudo, apesar dos avanços quanto a ocupação de pessoas negras nos espaços de poder, Zigoni (2020), que também acompanhou este movimento, observa que o pensamento de que todos são iguais perante a lei, sem a distinção das desigualdades que interseccionam a população brasileira, as políticas públicas de promoção a equidade racial

foram esvaziadas na última década, prejudicando a realização e naturalização de políticas públicas.

Tal fenômeno vai em desacordo do estudo publicado em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, que aponta que em 2007, proporcionalmente, a população negra ultrapassou a população branca, chegando a 49% dos brasileiros. Assim, a distância política, econômica e social entre negros e brancos se apresenta como não abolida, ou mesmo tem sua existência reconhecida de modo aberto, reforçando que a sociedade brasileira perpetua uma relação social construída sob a ótica escravagista.

Fairclough (2001) define essa prática como discurso hegemônico de exclusão social, baseado mais no consenso e menos no uso da força, a fim de um grupo exercer o domínio sobre os demais. Assim, ocorre uma naturalização permanente da segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante. Para Azevedo (1987), o medo, como aporte metodológico, se traduz na construção de leis e mecanismos declaradamente não racializadas, mas que atingem de forma interseccional a população negra. Assim, o medo se torna uma relação de poder, “uma situação estratégica complexa em uma sociedade” (FOUCAULT, 1982, p. 89), sendo então uma constante da natureza humana (MAQUIAVEL, 1513).

Poder, de acordo com a literatura foucaultiana, é uma rede que governa em toda a parte e em parte alguma. Assim, da mesma forma que àquela rede atravessa toda a sociedade, sem se limitar a figuras ou instituições determinadas, os pontos de resistência à essa estrutura performam igual abrangência às “estratificações sociais e as unidades individuais” (FOUCAULT, 1982, p. 91). É possível relacionar o medo da autonomia social do negro ao mito da democracia racial, que se constitui como uma técnica social da qual os limites da mobilidade social da população negra são pré-estabelecidos pelas condições e exigências dos grupos sociais dominantes:

“Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para ‘esquecer o passado’ e para ‘deixar que as coisas se resolvam por si mesmas’. Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do ‘negro’ e do ‘mulato’, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco” (FERNANDES, 1972, pp. 25-26).

1 Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> > Acesso em: 24 set. 2022.

Portanto, entender essas relações de poder entrelaçadas às práticas de marginalização do Estado, são importantes não apenas para entender o porquê de as políticas públicas não existirem, ou existirem precariamente, mas também para compreender o cenário que leva jovens negros a seguir ou não a onda do protagonismo juvenil na política institucional. Na Ciência Política, é possível encontrar correntes teóricas voltadas à representação em democracias eleitorais em um contexto de avaliação dos efeitos institucionais sobre a proporção de eleição de grupos minoritários (MIGUEL e QUEIROZ, 2006; CAMPOS e MACHADO, 2015).

Estes estudos preocupam-se de maneira predominante em analisar as características que levam ao sucesso eleitoral, ou seja, a seleção dentre os candidatos pelo eleitor após o filtro eleitoral dos postulantes pelos partidos políticos (MIGUEL, 2000). Ainda, é observado como o tipo de sistema eleitoral adotado em um país exerce impacto expressivo nas possibilidades de eleição de grupos minoritários, como por exemplo, o de mulheres e pessoas negras (MIGUEL e QUEIROZ, 2006; FOX e LAWLESS, 2012).

O sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil, é particularmente, mais permeável à entrada de minorias políticas, pois apresentam menores barreiras para a conquista de uma cadeira nos parlamentos, em que mesmo os partidos com números baixos de votos conseguem conquistar uma posição (BOHN, 2009). Contudo, no cenário geral, o conjunto de candidatos selecionado pelos partidos para participarem da corrida eleitoral ainda passam pela escolha dos eleitores, assim não há garantia do sucesso eleitoral destas minorias (MIGUEL; CORTEZ, 2006).

3. PROTAGONISMO JUVENIL NA POLÍTICA

Na análise sobre as eleições de 2018, Guedes (2021) observa que, entre 2010 e 2018, houve uma crescente do número de jovens eleitos para cargos proporcionais, fenômeno que não é visto entre os candidatos adultos, afirmando haver uma tendência de sucesso eleitoral entre jovens. O pesquisador defende que “dada a crise política dos anos 2010, o clamor por renovação política aumentou a propensão de que jovens candidatos fossem eleitos para deputado federal e estadual em 2018” (GUEDES, 2021, p. 13).

Entre as justificativas para tal fenômeno, Guedes (2021) destaca em seu estudo que os grupos de atuação política suprapartidária que vêm se destacando nos últimos vinte anos, bem como o capital familiar dos jovens militantes de origem de famílias políticas. Andrade e Luz (2021) abordam a análise sobre o sucesso eleitoral de jovens em cargos proporcionais entre 2010 e 2020, observando as variáveis de financiamento de campanha, desigualdade de gênero e ideologia. Os autores observaram que nas eleições gerais de 2018 foi constatada aproximação da média de idade entre os eleitos para os cargos de deputado federal e estadual.

O fenômeno, segundo os autores, pode ser explicado pelas alterações nas regras eleitorais aplicadas entre 2015 e 2020, como a proibição de doações por empresas (pessoas jurídicas), diminuição no período de campanha eleitoral, criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), cotas do financiamento eleitoral de 30% para mulheres e o limite de 10% de autofinanciamento de campanha referente à eleição anterior.

No Brasil, a noção de protagonismo juvenil é comumente posta na literatura como um modelo político-pedagógico de ação cidadã na constituição de valores democráticos e solidários sobre problemas sociais concretos (COSTA, 2000; FERRETI *et al*, 2004; IULIANELLI, 2003). A noção de juventude nas Ciências Sociais é tida como o período entre as funções da infância e as funções sociais do adulto, isto é: o período que distingue a infância e amadurecimento do indivíduo para além das mudanças biológicas (puberdade) e subjetividades (adolescência), para “produzir e reproduzir a vida e a sociedade, assumindo as responsabilidades pela sua condução” (FREITAS, 2005, p. 7).

Assim, o conceito de juventude é definido pela Organização Panamericana de Saúde (OPS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como construto social da preparação dos indivíduos para assumirem autonomia política como sujeito adulto no âmbito familiar, profissional e social (WAISELFISZ, 2004; OZELLA, 2003, *apud*

STAMATO, 2008). Podemos depreender, portanto, que é nesta fase que o indivíduo passa a se posicionar na sociedade, seja pela manutenção do *status quo*, seja pelo anseio de mudanças conjunturais.

Nesse sentido, Melucci (1997, 2001) pressupõe haver uma necessidade de identificar o campo de conflitos que os jovens estão inseridos, numa perspectiva sistêmica, para então explicar como certos grupos sociais influenciam o campo. Isto é, como a conjuntura pode ou não ser fator de transformação de uma ação política de destes grupos, visto que “o momento histórico e social em que o jovem vive se apresenta como um mundo amplo, cheio de possibilidades e, ao mesmo tempo limitado pela exigência de sucesso a qualquer custo” (STAMATO, 2008, p. 175).

Isto posto, Moreira & Barbosa (2021), defendem que a participação de jovens na política institucional descende principalmente da pluralidade dos movimentos juvenis, como as movimentações contra o regime ditatorial no Brasil em 1968. Protagonizado por jovens e jovens adultos, as manifestações daquela década podem ter influenciado no “aumento de representantes com até 29 anos de idade, no período de 1982 a 2006, na Câmara dos Deputados” (MOREIRA & BARBOSA, 2021, p. 2). Mais recentemente, a crise do sistema financeiro mundial de 2008 é uma das variáveis que influenciaram a onda de movimentos sociais a nível global a partir de 2011.

Assim como em outros países, como Estados Unidos, Grécia, Inglaterra, Espanha, Itália, que visavam frear a recessão econômica, o governo brasileiro implementou diversas medidas controversas no país ainda no final de 2008, como incentivos fiscais a grandes empresas e, por consequente, contenção do orçamento público para políticas sociais, como congelamento de salários de professores que provocou, em 2012, a maior greve das instituições federais de ensino superior até então no país. Neste cenário de insatisfação política, surgiram diversos movimentos sociais (principalmente as Jornadas de junho de 2013), que furaram a bolha dos protestos de professores e servidores públicos e se instauraram em diversos pontos do país, expressando insatisfação com o sistema político e ações governamentais específicas (GOHN, 2014).

Milhares de jovens foram às ruas reivindicando atenção governamental para diversas pautas da sociedade, como segurança, educação, transporte público e assistência social. Ainda em 2015, surgiu outra grande onda de reivindicação também protagonizada por jovens brasileiros com abrangência em todo o país: ocupações de escolas e universidades por jovens estudantes secundaristas (ensino médio) em favor do ensino público, gratuito e de qualidade. No ano seguinte, 2016, os movimentos intensificaram,

em protesto à reforma curricular do Ensino Médio e contra o novo regime de metas fiscais, que estabeleceu limite para as despesas públicas primárias por 20 anos, por intermédio da Emenda Constitucional nº 95, de 2016²).

Ressalta-se que, nesse contexto, eclodiram outros grupos políticos também liderados por jovens, que reivindicavam o ensino livre de doutrinação político-ideológica (escola sem partido) e contra o sistema político, que culminou nas grandes manifestações pelo *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (GOHN, 2017) em 2016. Em meio a esse cenário, o Movimento Negro Unificado (MNU), capitaneado por jovens lideranças negras, intensificou as manifestações contra o genocídio da população negra, a partir das marchas Zumbi dos Palmares e o Encontro Nacional da Juventude Negra, ambos em 2007 (RAMOS, 2021).

Deste modo, é possível observar que o protagonismo juvenil nas lutas sociais ocorridas na última década indica uma intenção da juventude brasileira em participar como sujeito autônomo nos espaços de decisão, demonstrando não apenas capacidade de discutir os fatores que intensificam as desigualdades sociais, como também de se organizarem politicamente para levarem suas demandas para a esfera pública:

“A raiz etimológica remete o conceito de protagonismo juvenil ao fortalecimento do poder do jovem, enquanto ativo participante na transformação política e social. Entretanto, este fortalecimento e a consequente participação não ocorrem por si, de forma espontânea, natural, em função do ingresso na juventude, mas resultam de um processo, por meio do qual o jovem se torne capaz de ser não um mero ator social, mas um lutador, que questione e intervenha consciente e criticamente em sua vida e na sociedade” (STAMATO, 2008, p. 59).

Assim, instituindo-se de sua ação cívica, os jovens se tornaram protagonistas sociais para influenciar a agenda pública, rompendo com a visão social negativa sobre atuação de jovens em organizações e espaços coletivos de ação cívica (BOGHOSIAN & MINAYO, 2009). Essa noção também se expandia ao protagonismo estudantil no voluntariado, em que Campos e Sousa (1999) identificaram um temor dos responsáveis e pais em perder o controle sobre os jovens e que o voluntariado os prejudicasse quanto a educação e valores tradicionais familiares e religiosos:

“É na juventude que o indivíduo encontra-se, de fato, diante das opções de vida oferecidas pelo sistema e deve, portanto, decidir sobre o tipo de adulto

² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

que quer ser. Uma vez que as opções são poucas ou estão em desacordo com os ideais e valores cultivados pelo jovem que, por sua vez, não vê aceitos os seus esforços de criação, busca e improvisação, a contestação do mundo adulto extrapola o plano das gerações e atinge todo o sistema” (SOUZA, 2006, p. 24).

Em contrapartida, há vertentes acadêmicas, principalmente da década de 80 e 90, que definem o jovem com apatia social, individualista e conformista diante as clivagens sociais, enquanto outros pesquisadores da década de 60 “concebiam o jovem como agente político, com um papel no processo do desenvolvimento do país, com capacidade de intervenção numa sociedade em crise” (SOUZA, 2006, p. 21).

Esse processo de autoconhecimento político dos jovens observado cautelosamente e marginalmente por parcela da produção científica e pela sociedade no que tange a interação destes indivíduos com outros grupos sociais. Souza (2006) identifica na produção científica da América Latina, estudos sobre juventude relacionado diretamente a “conformismo em relação aos processos de mudança social” ou a desordem social, visto que:

“o empoderamento do jovem, enquanto protagonista, se ancora nas interações que estabelece com e no mundo social. Estas interações, numa perspectiva dialética, impulsionam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, dos interesses e da autoconsciência do jovem, o que torna possível a leitura crítica e o posicionamento ativo no mundo, fortalecendo seu protagonismo (STAMATO, 2008, p. 172)”.

É possível remeter tal fato à Teoria da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001), que, ao posicionar os estudos na linha do tempo, observa-se as variações sobre o discurso do protagonismo juvenil de acordo com o contexto político em específico, isto é, “as ordens do discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 131). Deste modo, o protagonismo juvenil é, por ora remetido a defesa das estruturas sociais vigente (como os protestos contrários às mudanças da matriz curricular e financiamento público das áreas básicas de promoção social) às rupturas sociais, como as manifestações contra sistemas políticos e governos em 1968 e 2016.

No mapeamento da bibliografia acadêmica sobre Juventude e Política entre 2002 e 2011, Maheirie *et al.* (2013) afirmam que, na produção sobre “política como exercício de poder e dominação via demarcadores sociais”, que abrange questões de gênero, raça, classe social e/ou sexualidade, a participação política de jovens negros, em suas variadas

formas, foi abordada apenas em dois textos, dos trinta e três analisados. Não diferente, Machado e Marques (2016) afirmaram que entre 2000 e 2010, apenas 15% dos artigos publicados no campo da Ciência Política debateram paralelamente a democracia e algum tipo de desigualdade, sendo a desigualdade econômica a mais apontada nas pesquisas.

4. DADOS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, foram utilizados dados quantitativos do repositório virtual de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), extraídos da plataforma virtual do Tribunal em 21 de agosto de 2022. Essa base de dados possui informações sobre candidatos e eleitos a nível nacional das eleições dos últimos anos. O repositório disponibiliza dados das eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020 sobre raça, idade, cargo disputado, partido, gênero e escolaridade das candidaturas, que foram utilizados nesta pesquisa.

Não foi feita a coleta de distribuição de recursos de financiamento de campanha, coligações partidárias e de candidaturas de suplentes ao Senado Federal, uma vez que o interesse deste trabalho é observar como a onda da renovação política após as manifestações populares no fim dos anos 2000 pode ter influenciado jovens negros e negras a ingressarem nos espaços de tomada de decisão pelo processo político-eleitoral brasileiro. Os recursos também foram descartados considerando que a regra para reserva de 30% do fundo partidário para candidaturas de pessoas negras só passou a ser válida a partir das eleições gerais de 2020.

Quanto ao marco temporal, apenas em 2014 o TSE passou a aceitar a autodeclaração racial das candidaturas, ficando inviável análise mais condizente com a realidade nas eleições anteriores. Assim, o marco temporal desta pesquisa pode não apresentar tempo suficiente para se configurar uma mudança geracional que possibilite uma percepção mais nítida se a participação política institucional da juventude negra está indo ao encontro com os recentes fenômenos sociais.

Foram analisadas as candidaturas aptas entre a faixa etária de 18 e 29 anos, usando como referencial a Política Nacional da Juventude (PNJ) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelecem que jovens são pessoas entre 15 e 29 anos. Essas candidaturas foram tabuladas conforme as cinco categorias de autodeclaração racial: preta, parda, branca, amarela ou indígena, seguindo a classificação do IBGE, que considera pretos e pardos em conjunto (negros). Com o recorte da faixa etária e, pela Constituição Federal de 1988, a análise só abarcou cargos proporcionais (deputados federal, estadual, distrital e vereador), já que a idade mínima para concorrer a cargos majoritários (governador, senador e presidente, excetuando prefeito) é a partir dos 30 anos.

Neste sentido, a relação partidária também foi considerada, já que enquanto no sistema majoritário vence a eleição quem receber mais votos, no sistema proporcional, os votos computados são os de cada partido ou coligação (extinta a partir das eleições de 2020 para os cargos proporcionais) e, posteriormente, os de cada candidato. Isto é, os eleitos ao legislativo são os mais votados dentro dos partidos que teve melhor êxito, razão pela qual a cadeira legislativa pertence ao partido e não ao indivíduo eleito. Assim, a escolha do partido pelo qual irá concorrer às eleições é uma das principais decisões a serem feitas pelo candidato, em que deve ser considerado não apenas a aproximação ideológica como também o alcance eleitoral da sigla.

Considerando que mulheres fazem parte do grupo demográfico mais numeroso no país, com estimativa de 51,8% da população segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)³ de 2019, a variável gênero também é importante para avaliar a participação da juventude negra, visto que mulheres negras seguem como minoria política nos legislativos, assim como as mulheres brancas e demais raças e etnias em 2021, de acordo com o IBGE⁴. Ainda, de acordo com estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres)⁵, em 2019 o país ocupava o 9º lugar dos países da América Latina que mais apresentavam obstáculos para os direitos políticos das mulheres e a paridade política entre homens e mulheres.

A escolaridade também será analisada para mensurar o impacto do maior ou menor nível de instrução destas candidaturas. Devido às políticas de cotas raciais instituída pela Lei nº 12.711, de 2012⁶, o número de alunos negros no ensino superior entre 2010 e 2019 cresceu exponencialmente segundo estudo divulgado em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Assim, entendendo que escolaridade é um tipo de capital de cultural definido por Bourdieu (2004) como é um sinônimo de poder, se faz necessário analisar essa variável no escopo desta pesquisa.

Os dados coletados foram tabulados e aplicados na construção dos gráficos e tabelas deste trabalho, possibilitando melhor análise e visualização. A construção das

³ Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf> Acesso em: 24 set. 2022.

⁴ Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em: 24 set. 2022.

⁵ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf> Acesso em: 4 set. 2022.

⁶ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 24 set. 2022.

tabelas, bem como a análise crítica dos dados, foi feita principalmente a partir da pesquisa Norris (2003), de forma a permitir uma comparação entre as eleições gerais e municipais a partir dos resultados obtidos.

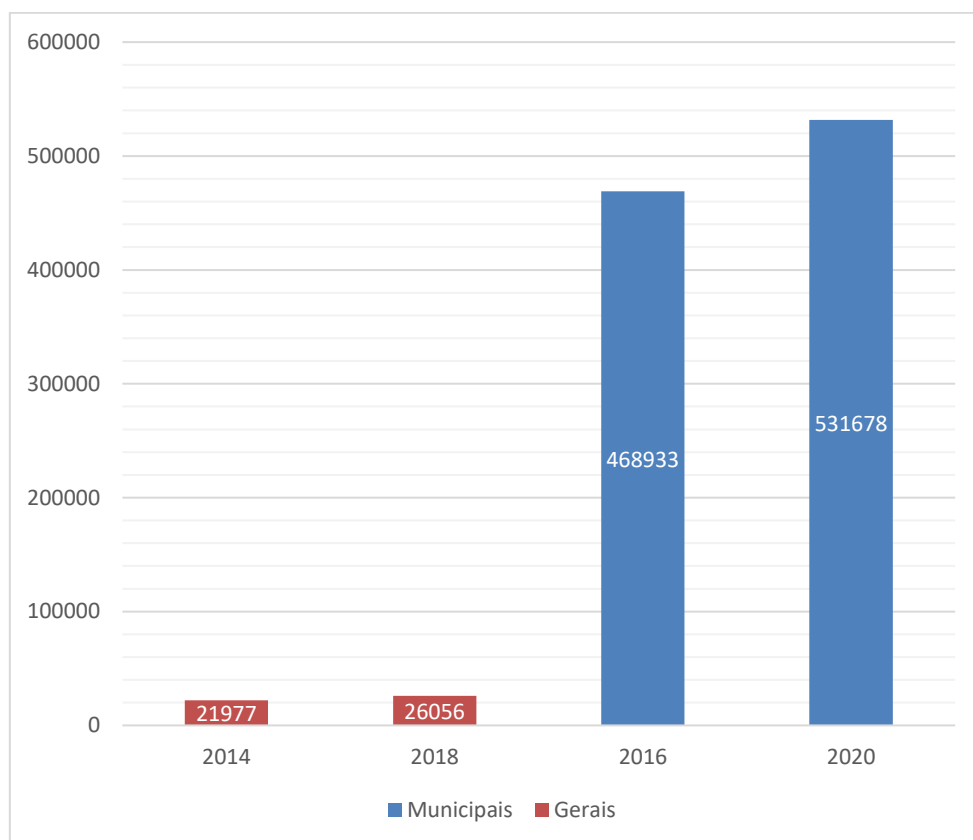
Pela Constituição Federal de 1988, os brasileiros escolhem seus representantes e governantes por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, modalidade na qual a população participa diretamente. Assim, enquanto nas eleições municipais um candidato disputa os votos apenas do município em que está localizado, nas eleições gerais é preciso que a candidatura chegue a diversos pontos do estado ou do Distrito Federal, sendo necessário maior capital político, cultural e/ou econômico, a depender do pleito e da localidade. Tendo isso em vista, este trabalho buscou, adicionalmente, entender a evolução das candidaturas de jovens negros nas eleições locais e nas eleições gerais e, se houve algum ponto em comum entre esses perfis.

5. ANÁLISE DO PERFIL DAS CANDIDATURAS

Nas eleições gerais de 2014, foram registradas 26.161 candidaturas, 3.624 a mais que em 2010. Dessas, 4.184 foram julgadas inaptas pela Justiça Eleitoral, isto é, não deferidas, não reconhecidas, canceladas, cassadas, renunciadas ou mesmo de pessoas falecidas. Nas eleições municipais de 2016, foram registradas 468.993 candidaturas aptas de 496.927, no total geral de 69.078 vagas em disputa, o que representa um aumento de 2,82% em relação às eleições municipais de 2012.

Das candidaturas apresentadas ao TSE para as eleições gerais de 2018, foram registradas 29.085 candidaturas, sendo 26.056 aptas para disputar as 1.738 vagas disponíveis. Um aumento de 15,65% entre 2018 e 2014. Nas eleições municipais de 2020 foram registradas 557.678; dessas, 531.513 estavam aptas, um aumento de quase 7% em comparação as eleições de 2016.

Figura 1 - Evolução de candidaturas aptas entre 2014 e 2020



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Repositório virtual do TSE.

Na distribuição dos cargos, das 21.977 candidaturas aptas em 2014, 65,1% das foram para assembleias estaduais, 26,73% para a Câmara dos Deputados e 4,36% para Câmara Legislativa Distrital, proporcionalmente. Já os cargos majoritários representaram, respectivamente, menos de 1% das candidaturas aptas, totalizando juntas 3,81% das candidaturas. Em 2018, candidaturas majoritárias representaram proporcionalmente 5,16%, enquanto 62% disputaram cargos para as assembleias estaduais, 29,34% para Câmara dos Deputados e 3,52% para a Câmara Legislativa Distrital. Assim como nas eleições gerais, cargos proporcionais são maioria das candidaturas, tendo sido registradas cerca de 93,2% para vereador e 6,8% para prefeito e vice-prefeito em 2016 e em 2020 representaram 93,07%, e 6,93%, respectivamente.

Considerando todas as candidaturas aptas em 2014, 71% foram de homens, enquanto 29% foram de mulheres. Em 2018, candidaturas femininas cresceram 2 pontos percentuais em comparação à eleição de 2014, mas homens ainda foram maioria, com 69% das candidaturas. Esse mesmo percentual foi registrado proporcionalmente na divisão de gênero entre as candidaturas das eleições municipais de 2016, enquanto o percentual de homens candidatos foi de 66,54% proporcionalmente ao número total de candidaturas aptas daquele ano.

Quanto a escolaridade, nas eleições gerais de 2014, pessoas com ensino superior completo corresponderam a quase maioria das candidaturas (47%), enquanto 29,03% possuíam ensino médio completo. Entre as pessoas que leem e escrevem, os chamados analfabetos funcionais, representaram 0,96% das candidaturas. Esta tendência também se revelou nas eleições de 2018, na qual pessoas com ensino superior completo se destacaram entre as candidaturas, com proporcionalmente 49,85%, seguido do ensino médio, com 28,76%; e analfabetos funcionais correspondendo a 0,9%.

Já nas eleições municipais de 2016, cerca de 37,5% das candidaturas tinham ensino médio completo e 21,23% com formação superior. Os analfabetos funcionais representaram 12.826 candidaturas, o que corresponde proporcionalmente a 2,73% das candidaturas, enquanto em 2020, este percentual subiu para 4,49%. Ainda em 2020, pessoas com ensino médio completo representavam proporcionalmente 38,18% e com ensino superior, 25,59% das candidaturas.

No que concerne a cor e raça, em 2014 foram registradas 55,63% candidaturas aptas de pessoas brancas, 43,57% de pessoas negras, e amarelas e indígenas menos de 0,5%, respectivamente, enquanto em 2018 cerca de 46,2% de candidaturas se autodeclararam como pardas ou pretas. Nas eleições municipais de 2016, candidaturas

brancas também foram maioria, 51,71%, enquanto pretas e pardas equivaleram a 47,51% e amarelas e indígenas novamente não somavam 1%. Em 2020, as candidaturas negras registradas foram de 49,93%; brancos, 48,17%; e amarelos e indígenas juntos, 0,7% das candidaturas aptas.

Quanto à idade, no universo geral das candidaturas aptas em 2014, foram registradas 1.671 entre 18 e 29 anos, o que corresponde a 7,6% proporcionalmente. Dessas, 45,78% foram de pessoas negras (605 pardas e 160 pretas), das quais 431 são mulheres negras. Já em 2018, os jovens entre 18 e 29 anos registraram 1.405 candidaturas, uma redução de quase 16% em comparação à eleição de 2014. Proporcionalmente, mulheres foram 47,47% das candidaturas de jovens nas últimas eleições gerais, sendo as negras 53% em comparação às demais raças, enquanto o total de candidaturas negras foi de 48,46% entre os jovens.

Quanto às eleições municipais, cerca de 9,5% das candidaturas registradas em 2016, equivalente a 44.656, foram de pessoas entre 18 e 29 anos. Pessoas negras foram maioria nesse grupo, com o equivalente a 49,56% na soma entre pretos e pardos. Mulheres correspondem a 42,3% das candidaturas entre os jovens, contudo, quando se intersecciona raça e gênero, pessoas negras correspondem proporcionalmente a 20,9% dos jovens candidatos. Já em 2020, 8,42% das candidaturas tinham até 29 anos, sendo delas 52,07% de pessoas negras. Enquanto mulheres representaram 42,63% entre os jovens, mulheres negras registraram 22,89% das candidaturas até 29 anos.

Nas eleições municipais de 2020, o número de candidatos e candidatas autodeclarados negros foi superior ao total de brancos. Isto é, em dados gerais, candidaturas de não-brancos chegaram a quase metade (49,93%) entre os postulantes, enquanto as candidaturas de pessoas brancas ficaram em 48,17%. Tendência também observada entre os candidatos jovens negros, que cresceu entre as eleições de 2016 e 2020 cerca de 2,5%, proporcionalmente ao número de candidaturas jovens em cada pleito.

O mesmo padrão foi observado nas eleições gerais, com crescimento entre as candidaturas de jovens negros de 2,68% entre os pleitos. Os dados indicam, portanto, que as candidaturas de jovens negros tiveram maior crescimento que entre as eleições gerais que todo o grupo de jovens, que, embora também tenham registrados menos candidaturas entre os pleitos, o percentual de redução ficou abaixo dos 16% do grupo geral de jovens.

Em comparação a todos os cargos em disputa nas eleições gerais, em 2014 nove partidos lançaram mais de mil candidaturas: PT, PSB, PMDB, PSOL, PV, PSDB, PDT, PHS e Patriota, ao passo que em 2018, oito partidos lançaram mais de mil candidaturas:

PSL, PSOL, PT, PATRIOTA, MDB, PROS, AVANTE e PRTB. Nas eleições municipais, de 2016, dez partidos registraram mais de 20 mil candidaturas no total geral: PMDB, PSDB, PSD, PP, PSB, PDT, PT, PR, PTB e DEM, enquanto em 2020 PSL e Republicanos se somaram aos partidos que registraram mais de 20 mil candidaturas.

Quanto à faixa etária nos partidos, no cenário eleitoral de 2014, a sigla que mais lançou jovens negros foi o PSOL (74), seguido do Patriota (44). O PT, sigla que mais lançou candidaturas no geral, foi o terceiro partido com mais candidaturas de jovens negros (43). Do outro lado, PCO foi o partido com menos jovens negros, com 2 candidaturas, seguido do PCB, com 8 candidaturas e PMDB com 10. Ressalta-se que enquanto o PMDB é considerado um dos maiores partidos do país e que em 2014 tinha forte representação no Congresso Nacional, inclusive na vice-presidência da República, o PCO e PCB são partidos menores e não tinham representação no Congresso Nacional.

Já em 2018, os partidos com mais jovens negros foram PSOL, PATRIOTA e PSL. Em 2014, PCO e PCB lançaram menos de 10 candidaturas cada, junto com o partido NOVO. Em 2016, oito partidos lançaram mais mil candidaturas de jovens negros, enquanto o PSTU, PCB, PCO e NOVO apresentaram menos de 100 candidaturas para este grupo, com 29, 26, 6 e 1 respectivamente. Enquanto em 2020, 9 partidos lançaram mais de mil candidaturas de jovens negros, sendo que PSD, MDB e PP com mais candidaturas, as siglas PSTU, PCB e NOVO lançaram menos de 20 candidaturas de jovens negros.

O modelo de Norris (2003) sobre o processo político-eleitoral pressupõe que singularidades interligadas de teor socioeconômico, cultural e do próprio sistema político institucional influenciam o recrutamento eleitoral pelos partidos. Assim, as agremiações tendem a buscar variações de filiações de perfis sociais diferentes, não apenas para sua sobrevivência interna, mas também visando a criação de candidaturas competitivas.

Ao analisar o processo de recrutamento político, Norris (2003) afirma que o processo de indicação das candidaturas é crucial para determinar quais candidaturas serão competitivas ou não, diante a distribuição de poder interna nos partidos. Por mais que os filiados possam intervir nas decisões de indicação de candidatos, são os líderes partidários que possuem grandes possibilidades de escolherem quem serão os recrutados para a corrida eleitoral. Esse processo de escolha resulta em um conjunto de consequências para a inserção das minorias políticas no interior das organizações.

As casas legislativas configuram-se como as principais entradas para jovens ingressarem na política institucional, representando um passo relevante de ambição

política para os indivíduos interessados em prosseguir na carreira política e uma oportunidade para grupos subrepresentados perceberem a possibilidade de permear esses espaços (BOHN, 2009).

Assim, foi observado que, assim como os jovens negros vem buscando espaço em siglas mais à direita em comparação às eleições gerais de 2014 e 2018, as candidaturas de jovens negras também estão ocupando siglas à direita, mas com mais equilíbrio entre os partidos. Nas eleições municipais, foi observado maior homogeneidade entre o total geral de candidaturas negras e as de mulheres negras jovens.

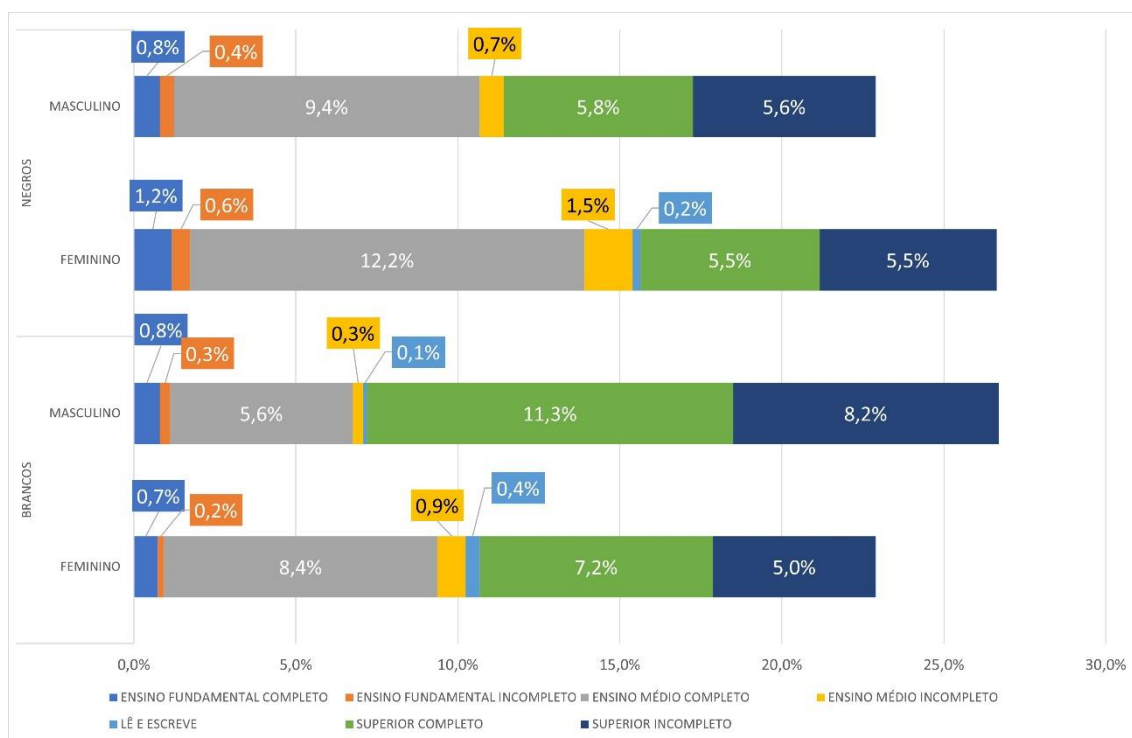
Ainda, interseccionando raça, gênero e escolaridade entre as eleições gerais, foi possível observar que as candidaturas de jovens negros (tanto pretos quanto pardos) com ensino superior completo em 2018 foi maior que em 2014, independente do sexo, conforme as figuras 2 e 3. Jovens negros e negras com superior incompleto cresceu 3,4%, enquanto com superior completo aumentou 4,1%. Já entre pessoas brancas esse percentual aumentou 2,6% e 0,9%, respectivamente.

Figura 2 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2014)



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Repositório virtual do TSE.

Figura 3 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2018)

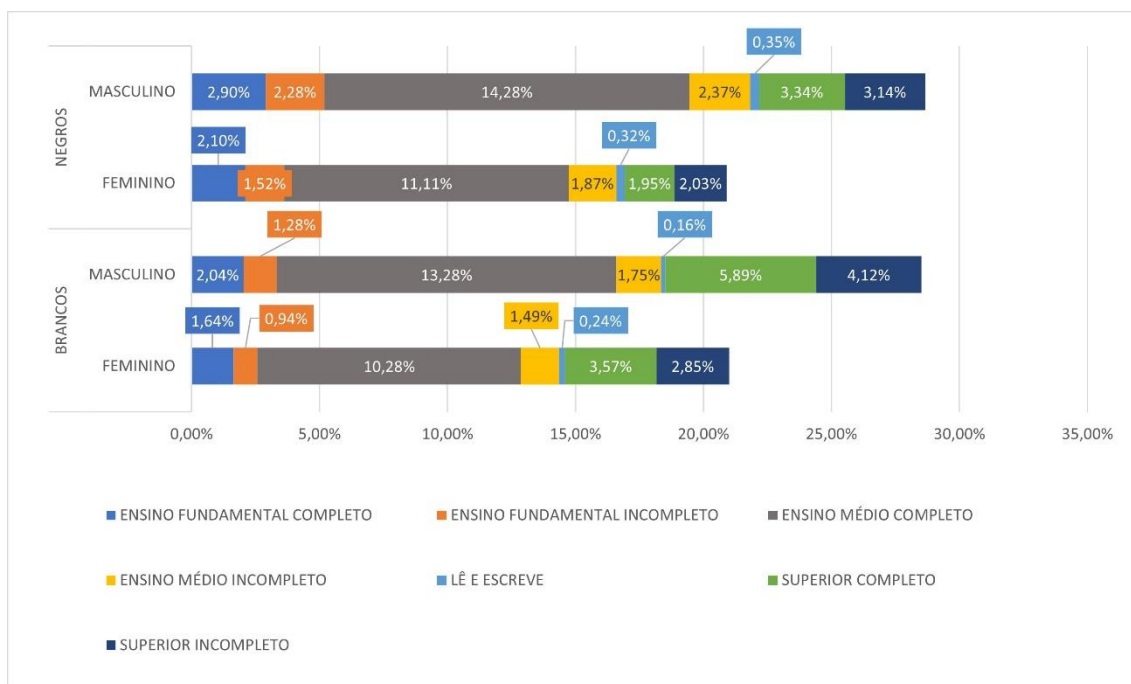


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Repositório virtual do TSE.

Ainda nas figuras 2 e 3, foi observado que, embora as mulheres brancas sejam maioria entre as mulheres com ensino superior completo nas eleições gerais de 2014 e 2018, mulheres negras com ensino superior completo cresceram 2,3%, enquanto mulheres brancas caíram 0,2%. Já no ensino superior incompleto, mulheres negras cresceram 1,6% e as mulheres brancas com a mesma escolaridade caíram 3,01% entre 2016 e 2020.

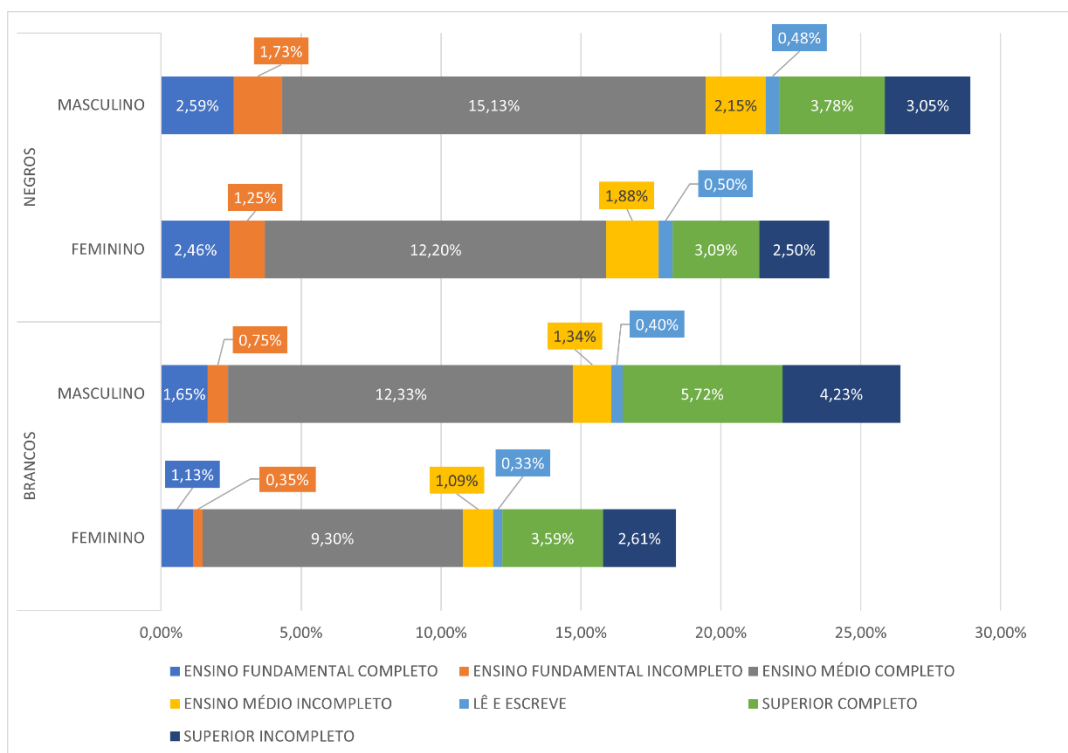
Tal como nas eleições gerais de 2014 e 2018, foi observado alterações quanto à escolaridade entre as eleições municipais de 2016 e 2020, segundo as figuras 4 e 5. Enquanto a taxa de jovens negros com superior incompleto não teve variação significativa (aumento de 0,38% entre os pleitos), foi observado entre aqueles com superior completo um leve aumento de 1,58% entre 2016 e 2020 (com aumento principalmente entre as candidaturas de mulheres negras jovens), embora as candidaturas com ensino médio completo seja maioria. teve alteração entre os jovens negros.

Figura 4 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2016)



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Repositório virtual do TSE.

Figura 5 - Escolaridade entre candidaturas de jovens negros e brancos (2020)



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Repositório virtual do TSE.

Enquanto o número de candidaturas de jovens negros com ensino médio completo aumentou em 1,94% entre 2016 e 2020, aquelas com ensino médio incompleto recuou em 0,2%. Já as candidaturas de pessoas brancas recuaram em 1,93% para aquelas com ensino médio completo e 0,32% para aquelas com ensino médio incompleto.

Assim, é possível afirmar que, na mesma medida que as candidaturas de pessoas negras jovens aumentaram entre 2016 e 2020, o nível de escolaridade entre essas candidaturas também elevaram, mesmo que timidamente. Foi observado também que as candidaturas de pessoas brancas foram menores em 2020 que em 2016 tanto com ensino superior completo quanto incompleto, com recuo de 0,13% e 0,15%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender se houve reflexos das incidências do protagonismo juvenil entre 2012 e 2020 na participação de jovens negros na política institucional. Para tal, foi traçado o perfil das candidaturas jovens nas eleições gerais de 2014 e 2018; e eleições municipais de 2016 e 2020, com os recortes de raça, gênero, filiação partidária e escolaridade.

Apesar da redução do número de jovens candidatos entre as eleições gerais e as municipais, o número de candidaturas de jovens negros apresentou crescimento, assim como no contexto geral dentre as candidaturas negras. Assim, não foi possível inferir uma influência do protagonismo estudantil nos últimos anos nas candidaturas de jovens, tampouco de jovens negros.

No entanto, foi possível inferir com esta análise que partidos de extrema-esquerda, como PCO, PCB e PSTU, ligados historicamente aos movimentos sindicalistas e sem representação no Congresso Nacional em 2014 e 2018, não são atrativos aos jovens negros. Enquanto o partido NOVO, com ideologia liberal e que defende a chamada “renovação política”, também não lança um número considerável de candidaturas proporcionais de jovens negros, seja no cenário municipal, seja no cenário estadual e nacional, embora em 2018 conseguiu representação na Câmara dos Deputados desde a sua criação em 2011.

Assim, podemos deduzir que as primeiras siglas são menos atrativas pela baixa competitividade partidária diante aos demais, mas, quanto ao NOVO, pressupõe que a estrutura interna do partido, como o processo seletivo para lançar candidaturas, acaba deixando essas candidaturas de jovens negros fora desses espaços.

Ainda, nas eleições gerais analisadas, o PSOL se destaca entre os partidos com mais candidaturas de jovens, brancos ou negros, mas a agremiação ainda não conseguiu espaço entre os jovens nas eleições municipais, embora as eleições municipais tenham proporcionalmente mais jovens disputando que nas eleições gerais. Em contrapartida, o MDB e PSD são as siglas com mais alcance entre os jovens negros a nível local, fenômeno similar às candidaturas de pessoas negras de modo geral, em conjunto com o PT e PSDB. Assim, podemos concluir que o PSOL se destaca entre os jovens nas eleições gerais, pela dinâmica desse tipo de eleição, enquanto as eleições municipais, partidos mais consolidados têm mais aderência política.

Também foi identificado que as mulheres jovens, independente da raça ou cor, continuam compondo um grupo subrepresentado entre as candidaturas para as casas legislativas, assim como as mulheres-adultas. Isto é, independente da dinâmica eleitoral, estrutura partidária ou contexto político-social, mulheres, inclusive as jovens, ainda encontram fortes barreiras que as impedem de se lançar na política institucional.

Entre 2014 e 2020, as candidaturas negras juvenis com formação superior completa ou incompleta cresceu, o que pode estar relacionada com as políticas afirmativas no ensino superior implementadas a partir de 2012, embora o presente trabalho não tenha avaliado esse parâmetro. Porém, caberá a uma pesquisa futura entender como as minirreformas eleitorais implementadas a partir de 2017, como o fim das coligações e a aplicação da cota do fundo eleitoral e de tempo de propaganda eleitoral gratuita na TV e no rádio, de maneira proporcional para candidatos negros, instituída a partir de 2020, influenciou a entrada de mais jovens negros na política institucional.

Ao não discutir politicamente o racismo, a cidadania e a formulação de agendas e leis configuram-se as estratégias de negligência da questão racial no Brasil para exclusão da população negra dos espaços políticos e públicos. Desse modo, a busca pela ampliação da representação de jovens negros e de outros grupos subalternos se justifica como um fator central para as democracias contemporâneas modificarem de forma substantiva a composição de suas arenas políticas.

Além das barreiras de permeabilidade da população negra, existem também entraves institucionais que impõem limites ao surgimento destas candidaturas e modulam o processo de recrutamento desses jovens. Assim, para se manter em crescimento a participação destes jovens na política institucional, é preciso mais espaço internamente nos partidos para trabalhar a competitividade dessas candidaturas e, conseqüentemente, atrair mais desses perfis aos seus quadros, principalmente às siglas que possuem pautas voltadas à juventude como suas principais bandeiras e voltadas para a defesa da democracia e combate às desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruno Dias P de; LUZ, Joyce. **Renovação política? A presença da juventude nas eleições proporcionais entre 2010 e 2020**. Juventude.br, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 39–50, 2021. Disponível em: <<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/247>>. Acesso em: 4 set. 2022.

AZEVEDO, Célia. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das elites século XIX**. Editora Annablume, 1987.

BIRNBACHER, Dieter. *Ethics and social science: what kind of cooperation? Ethical theory and moral practice*, n. 2, 1999, pp. 319-336.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos*. **Saúde e Sociedade** [online]. 2009, v. 18, n. 3, pp. 411-423. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>>. Acesso em: 4 set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: Acesso e perfil discente*. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf> Acesso em: 24 set. 2022.

CAMPOS, L. A., MACHADO, C. *A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, 2015, pp. 121-151. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fnzjppV7bQgZ7fjv8rPC4yc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 set. 2022.

CAMPOS, M.; SOUSA, V. *O voluntariado como forma de protagonismo juvenil*. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília, v.1, p. 80-5, 1999.

COSTA, A. C. G. *O adolescente como protagonista*. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, v. 1, p.75-9, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-23, maio-ago. 2004.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1972.

_____. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Volume I. **Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOX, R. L. LAWLESS, J. L. *Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (8), 2012, pp. 129-163. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/bdy7TFhh58fBqnkKcTqnZ7G/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 set. 2022.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOHN, Maria da G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.
- _____. *Teorias Sobre A Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais*. Caderno CRH [online]. 2019, v. 32, n. 85, pp. 63-81. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Lc4THRCyDjMdgWmHHJhpdzb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 set. 2022.
- GUEDES, João V. “*Se você é jovem ainda*”: análise sobre os candidatos jovens nas eleições proporcionais de 2018 no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2022, v. 30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98732230e009>>. Acesso em: 4 set. 2022.
- IULIANELLI, J. A. S. *Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil*. In: **Jovens em tempo real**. Orgs: Paulo Cesar Pontes Fraga. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MACHADO, Carlos; MARQUES, Danusa. *As ciências sociais brasileiras e a temática das desigualdades (2000 a 2010)*. In: **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. Orgs.: Luis Felipe Miguel. 1ª edição. Editora: Unesp, São Paulo, SP, 2016, pp. 399-433.
- MAHEIRIE, Kátia et al. *Concepções de juventude e política: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)*. **Estudos de Psicologia** (Natal). 2013, v. 18, n. 2, pp. 335-342. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/HfCFYpMNW4QHdpNdJmbKrtN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 set. 2022.
- MINAYO, Maria. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MIGUEL, L.F. *Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2003, v. 18, n. 51, pp. 123-140. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KsmNcpQnt7TTB5TxGkjQBQx/?format=pdf&lang=pt>>

> Acesso em: 24 set. 2022.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. [s.l.] SciELO Brasil, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vDKFNS5yzCMK54mWRN6vSDB/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 set. 2022.

MIGUEL, L. F. QUEIROZ, C. M. *Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil*. **Revista Estudos Feministas**, 14(2), 2006, pp. 363-385. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/vzPBqZBY8rxfJqZ5yHqXnXw/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 24 set. 2022.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria-Geral de Justiça, 2013. Disponível em: <<https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf>> Acesso em: 24 set. 2022.

MOREIRA, D.; BARBOSA, L. *Juventude e participação: Apatia ou exclusão política?* **Juventude.br**, [S. l.], n. 9, p. 13–20, 2021. Disponível em: <<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/108>>. Acesso em: 4 set. 2022.

_____. *Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? Report for the Council of Europe Symposium*, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237832623_Young_People_Political_Activism>. Acesso em: 7 set. 2022.

OUTHWAITE, William. *Naturalisms and anti-naturalisms*. **Knowing the social world**. Buckingham: Open University, 1998.

RAMOS, Paulo Cesar. Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052021-202215/publico/2021_PauloCesarRamos_VCorr.pdf> Acesso em: 24 set. 2022.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STAMATO, Maria. **Protagonismo Juvenil**: Uma Práxis Sócio-Histórica de Ressignificação da Juventude. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIEIRA, Flávia. **Resistência do Movimento Negro no Brasil**: da rebeldia anônima na sociedade escravocrata ao enfrentamento político na sociedade de classes. *Revista ABPN*, v. 8, nº 20, julho/2016, pp. 23-38.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa

em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, I. M. *Representação política, identidade e minorias*. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: 24 set. 2022.

ZIGONI, Carmela. *A questão do racismo no orçamento público*. **Gênero e raça no orçamento público brasileiro**. Orgs.: Elaine de Melo Xavier. 1ª edição. Brasília: Assecor, 2020, pp. 51-87.